SINTESP BRASIL FENATEST

1º PASSO

FORÇA SINDICAL

Jornal do SINTESP - Ano 2007 - Nº 199 - www.sintesp.org.br - Sede - SP

DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO VISITA O SINTESP

DETALHES NA PÁGINA 7

A MOBILIZAÇÃO PARA O CONSELHO CONTINUA

CONSELHO PROFISSIONAL É NECESSIDADE PARA TÉCNICOS

Conheça o histórico de todo o processo para a criação do Conselho dos Técnicos de Segurança do Trabalho

Nessa edição, você conhecerá o histórico de todo o processo para a criação do Conselho dos Técnicos de Segurança do Trabalho. No editorial, nosso presidente, Armando Henrique, conta como tem sido a luta para que o Conselho seja regulamentado.

Essa necessidade surgiu com a criação da profissão do técnico de segurança, mas vem sendo trabalhada com mais intensidade nos últimos 12 anos. Além de expor toda essa história, *1º Passo* traz ainda uma retrospectiva com fotos dos principais momentos dessa luta.

Ainda há matérias sobre o conteúdo do projeto e mostrando porque o Conselho é importante. Também se apresenta na íntegra uma carta do então ministro do trabalho Luiz Marinho à Casa Civil, apoiando o Conselho dos Técnicos de Segurança no Trabalho.

VEJA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO...

Fotos Retrospectiva de Mobilização do Conselho ..... pág. 05
Notícias das Regionais ..... pág. 06
Secretaria da Mulher promove Encontro ..... pág. 06
Cursos e Eventos ..... pág. 08
Escultura homenageia prevencionistas ..... pág. 09
Regulamentação das Centrais Sindicais ..... pág. 09
Ficha para Filiação Sindical ... pág. 10
Regionais com novo Sistema de Comunicação ..... pág. 10
Higienização dos EPIs ..... pág. 11

AUMENTA A PROCURA POR CURSOS NO SINTESP

Curso de Instrutor de Operador de Empilhadeira

Editorial

CATEGORIA LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO PROFISSIONAL

A necessidade de um Conselho Profissional para os técnicos de segurança do trabalho nasceu com a profissão em 1972. Desde o princípio, havia um consenso de que a categoria deveria controlar seu exercício profissional. Essa visão inicial continuou existindo ao longo dessas três décadas e foi se fortalecendo.

Os primeiros técnicos da área acreditavam que era preciso primeiro se organizar como categoria, cuidar do regulamento e de outras demandas da profissão. Isso também era previsto na NR-27, que estabelece no item 27.1 que "o exercício da profissão do técnico de segurança do trabalho depende de prévio Registro no Ministério do Trabalho, efetuado pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho até que seja instalado o respectivo Conselho Profissional".

Ao longo dos anos, com essa organização estabelecida, passou-se a lutar pelo Conselho. O empenho para a regulamentação do mesmo começou através de um Projeto de Lei na esfera Legislativa.

Sabíamos que todo Projeto de Lei tem como origem o Poder Legislativo ou o Executivo. Começamos erroneamente pelo Legislativo, pois tivemos todos projetos apresentados indeferidos pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Isso porque houve vício de origem do Projeto de Lei. Verificou-se que um Conselho de Classe não poderia ser criado a partir de uma iniciativa do Legislativo e sim do Executivo.

Passamos então a atuar frente ao Poder Executivo. Nosso empenho se intensificou nos últimos 12 anos. Para isso, temos feito um trabalho intenso de convencimento do Ministério do Trabalho, especialmente, com os últimos três ministros.

Primeiro foi feito um trabalho de convencimento com o então ministro Ricardo Berzoini. Ele se convenceu sobre a necessidade do Conselho e apresentou um projeto para a criação do mesmo na Casa Civil.

Com a saída de Berzoini, fizemos um longo trabalho de convencimento com o seu sucessor, Luiz Marinho, que fez um pacto com a categoria. Assim, comprometeu-se a liberar o nosso projeto de Conselho após a eleição do segundo mandato do governo Lula.

Já foi feita uma reunião para este fim com o presidente Lula, que determinou algumas providências a serem tomadas pela Casa Civil. Contamos com apoio em abaixo assinado de mais de 300 deputados federais e vários senadores. Além de dezenas de monções de apoio de vereadores e deputados estaduais, dirigentes da sociedade organizada e das principais Centrais Sindicais.

Atualmente estamos tendo um grande esforço para que o atual ministro, Carlos Lupi, dê seqüência às ações conduzidas pelos outros dois ministros. É necessário um ato político que leve o projeto para o Presidente da República e ao Congresso Nacional para as formalidades necessárias.

O Projeto de Lei para a criação de nosso Conselho se encontra na Casa Civil para a avaliação constitucional e econômica. Dessa forma, é avaliado se o projeto gera custo para o governo. Esse procedimento é utilizado para todos projetos de lei vindos do Executivo. No caso do nosso projeto, conta com a sinalização positiva deste Ministério.

Diante desse cenário, o que falta para o Projeto ser aprovado? Certamente é preciso vontade e ação política. Sabemos que toda lei é resultado da pressão social. No nosso caso, carecemos de mobilização da categoria para sensibilizar o ministro do trabalho em exercício, a Casa Civil e posteriormente o Congresso Nacional e o presidente da República. É necessário o empenho de cada um que faz parte dessa categoria.

Esperamos da categoria participação ativa nesta mobilização. É possível enviar e-mails, cartas e realizar abordagens presenciais aos políticos de cada região, de forma maciça.

Sabemos que o Conselho Profissional não resolverá todos os problemas dos técnicos de segurança do trabalho. No entanto, a ausência de um Conselho cria dificuldades sobre o controle e o exercício profissional. São questões como qualidade da formação, ética e competência que deixam de ser trabalhadas devidamente.

Médicos e engenheiros, por exemplo, têm restrições aos seus Conselhos Profissionais. Mas têm plena consciência de que se esses Conselhos não existissem, a situação de suas profissões estaria fora de controle.

Diante disso, temos que reconhecer a necessidade da regulamentação do nosso Conselho. Não há segmentos contrários a essa cria-

1º PASSO
Jornal do Sintesp - Nº 199 - Ano 2007

Publicação do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo
Sede: Rua 24 de Maio, 104 - 5º andar - República - Centro - CEP 01041-000 - Fone (11) 3362-1104
E-mail: sintesp@sintesp.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Armando Henrique
- Diretor Presidente
Laércio Fernandes Vicente
- Diretor Vice Presidente
Sebastião Ferreira da Silva
- Diretor Primeiro Secretario
Wagner Francisco de Paula
- Diretor Segundo Secretário
Marcos Antonio de A. Ribeiro
- Diretor Primeiro Tesoureiro
Rene Alves Cavalcanti
- Diretor Segundo Tesoureiro
Heitor Domingues de Oliveira
- Diretor Executivo Estadual
DIRETORIA ESTADUAL
Titulares - Adonai Gomes Ribeiro, Eduardo Neves da Silva, Élcio Pires, Francisco Thomé Filho, Laerte dos Santos, Valdete Lopes Ferreira e Olívio de Oliveira Filho.
Suplentes - Helena Aparecida Arcaro Conci, Luiz Carlos Lucas Prado Spinelli, Valdirio Antonio Guerra, Homero Tadeu Betti, Cosmo Palasio de Moraes Junior, Jorge Gimenez Berruezo e Rogério de Jesus Santos
CONSELHO FISCAL
Titular - Luiz de Brito Porfírio, Milton Perez e Adenias Santos Silva
Suplente - Altair Teixeira, Valdizar Albuquerque Silva e Tânia Angelina dos Santos
Coordenação do jornal
Comunicação e Marketing
Heitor Domingues de Oliveira
Fotos - Arquivo Sintesp, Armando, Heitor, Fernandes e Bruin

Jornalista Responsável
Cristiane Reimberg - MTb 43999/SP

Editoração Eletrônica
Anema Editorial (11) 4401-2622

De que lado você está?

*O uso correto de luvas de qualidade minimiza os efeitos da exposição aos riscos da atividade.

PULPO

O FUTURO EM SUAS MÃOS

Ser uma das maiores empresas de luvas do mundo é poder oferecer a maior e melhor gama de opções em proteção das mãos para o mercado brasileiro. Tecnologia e Inovação em favor de sua segurança.

Fale com a gente e encontre a luva certa para sua aplicação:

www.luvas.com.br - 0800 7074435

Siderurgia e Mineração

Metal-Mecânico

Eletro-Eletrônico e Ind. Automotiva

Madeireiro

Alimentício

Reciclagem e Limpeza Pública

Conservação e Limpeza

Químico

MAPA®
PROFESSIONNEL

ção. Há consenso entre os setores envolvidos diretamente com a área de Segurança e Saúde no Trabalho sobre a importância da valorização do técnico de segurança.

Temos informação de que existem cerca de 50 profissões buscando a regulamentação de seus respectivos Conselhos de Classe. Muitos já possuem Conselhos Provisórios como pessoa jurídica. O intuito é dar sustentação ao processo de mobilização para a aprovação do Projeto de Lei em andamento. No caso dos técnicos, tivemos uma experiência desse tipo nos anos 90, que não teve sucesso.

Muitos técnicos também têm dúvida em relação aos critérios para a escolha dos primeiros dirigentes dos Conselhos Federal e Regionais da categoria. Somos organizados através de uma estrutura sindical presente em todos estados e com uma federação. Sendo assim, após a regulamentação do Conselho por Lei, os dirigentes sindicais deverão interagir com suas bases e seguindo critérios democráticos e a legislação, disciplinar a criação efetiva do Conselho.

Faremos esta estrutura administrativa de forma socialmente responsável, privilegiando os interesses da categoria. O Conselho será organizado inicialmente por um Conselho Provisório Nacional. A função do mesmo será a organização dos Conselhos definitivos, tanto em nível regional quanto federal.

Não existe uma lei específica com critérios para a regulamentação de um Conselho Profissional. Mas há alguns princípios que devem ser seguidos. Um deles é a importância social da profissão. Esse valor é medido pelo fato de que a profissão precisa de um Conselho quando, se mal exercida, pode comprometer a saúde e a integridade física das pessoas.

No caso dos técnicos de segurança, é claro para todos que sua ação pode prevenir acidentes e salvar vidas. Por outro lado, um erro cometido pode ter conseqüências drásticas. O que prova que nossa profissão precisa de um Conselho para zelar pelo compromisso de sempre proteger a segurança e a saúde do trabalhador.

Indaga-se ainda por que têm predominado as ações dos dirigentes sindicais da categoria do estado de São Paulo nas abordagens e iniciativas políticas, para regulamentação deste conselho. Isso ocorre porque São Paulo e Brasília detêm a concentração das estruturas políticas e de organizações de trabalhadores. Além disso, o SINTESP é o sindicato estadual da categoria com mais recursos. O importante é a não existência de bairrismo. Devemos tratar esta causa como de interesse social de todos os técnicos de segurança do trabalho do Brasil.

Por último, a condição base para atingirmos este objetivo é mobilização. Para isto, a diretoria do SINTESP organizou uma Comissão Mobilizadora para o estado de São Paulo. Esperamos que essa iniciativa aconteça nos demais estados. O objetivo é intensificar as abordagens políticas, considerando que nunca estivemos tão perto da regulamentação do nosso Conselho como agora. Para adesão, recomendamos consultar o site: www.sintesp.org.br

O trâmite e a velocidade dos encaminhamentos de um projeto para se transformar em lei dependem do encabeçamento da causa por parlamentares comprometidos. Neste caso, contamos com o ex-deputado Luiz Antonio de Medeiros. Em seu mandato, ele foi uma peça importante para o andamento do projeto. Porém, com a não reeleição deste nosso importante parceiro, estamos articulando a indicação de um substituto para se tornar nosso referencial por São Paulo.

Posição esta que esperamos ser seguida por todos os demais estados. Isto acontecendo, teremos o reforço decisivo. Procure o deputado federal ou senador em quem você votou ou algum parlamentar que você tenha afinidade. Faça contato com ele para que seja um aliado nesta bandeira. Mostre este informativo. E sempre que fizer contatos, envie cópia para o e-mail mobilizacão@sintesp.org.br Afinal somos 200.000 técnicos de segurança do trabalho com este objetivo e se trabalharmos juntos, teremos mais força para alcançá-lo.

Armando Henrique
Presidente - SINTESP

Veja documento enviado em 2006 à Casa Civil pelo então ministro Luiz Marinho.

Carta enfatiza importância da aprovação do Conselho Profissional para os Técnicos de Segurança do Trabalho

A Sua Senhoria a Senhora
DILMA ROUSSEFF
Ministra-Chefe da Casa Civil
Presidência da República
Palácio do Planalto - Brasília/DF

Assunto: Conselhos de fiscalização profissional.

Senhora Ministra-Chefe,

1. Conforme contatos mantidos com essa Casa, no tocante à premente necessidade de regulamentação dos conselhos de fiscalização profissional, submeto à apreciação desse órgão estudo que trata do tema em questão, elaborado por este Ministério do Trabalho e Emprego a partir dos diversos pleitos apresentados pelos interessados.

2. Informo, ainda, que esta pasta tem sido constantemente consultada sobre o assunto em pauta, em razão da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal em Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n' 1717-6 suspendendo os efeitos do artigo 58 da Lei n' 9.649/98, com a qual retomamos supramencionados conselhos à condição de autarquia federal.

3. No ensejo, enfatizo a primordial importância da promulgação do Projeto de Lei que propõe a constituição do Conselho Federal o dos Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho, que se encontra em trâmite nessa Presidência da República, considerando constar do relatório em comento que a referida profissão está diretamente relacionada com riscos à vida e à saúde e que a regularização ora alvitrada é de absoluto interesse social.

Atenciosamente,

Luiz Marinho - Ministro do Trabalho e Emprego

O Conselho Profissional é importante porque:

O técnico de segurança do trabalho é categoria profissional diferenciada, com funções definidas por Lei, que não conflitam com outras profissões.

Possibilitará uma melhor atuação do profissional do técnico de segurança do trabalho.

Apresentará parâmetros éticos a serem seguidos pelos 200 mil técnicos existentes no Brasil.

Permitirá que a atuação profissional seja fiscalizada. Assim, combaterá o mau exercício da profissão e protegerá a vida dos trabalhadores. Isso porque más ações acarretam dano à saúde e segurança coletiva e individual

Também poderá zelar pela qualidade dos cursos de formação profissional.

A meta da OIT e do Estado é universalizar as ações técnicas de segurança e saúde no trabalho. Com o Conselho, a categoria conduzirá seu destino profissional. Essa autonomia é fundamental para que o técnico de segurança do trabalho realize essas ações.

Melhorando e ampliando as ações dos técnicos de segurança, poderemos melhorar as condições de trabalho e combater ainda mais os acidentes e doenças ocupacionais.

O Conselho de Classe, por ser de direito privado, não traz gasto para o Estado.

Todas essas questões são importantes visto que pelas estatísticas oficiais são mais de 300 mil acidentes por ano computados pelo INSS. Só em 2005, o Brasil teve 393.921 acidentes típicos. Isso sem contar a subnotificação que ainda existe e os trabalhadores informais.

RETROSPECTIVA DE MOBILIZAÇÃO (ALGUMAS FOTOS)

Armando, dep. Dra. Clair e Valdete Lopes (2002)

Projeto sendo aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara Federal (2003)

Milton, dep. Sandro Madel, Armando Henrique e Sérgio Lopes (Sintest-DF) (2003)

Da esq. p/ dir.: Elias (Fenatest), Dep. Medeiros, Ministro Ricardo Berzoini, Armando (Sintesp) e Milton (Sintest - DF) (2004)

Dep. Medeiros e Armando, colhem assinaturas e apoio de parlamentares (2004)

Ministro do Trabalho Berzoini em compromisso de aprovação do Conselho dos Técnicos (2004)

Ministro do Trabalho Luiz Marinho (2005)

PROJETO MOSTRA COMO CONSELHOS DEVEM FUNCIONAR

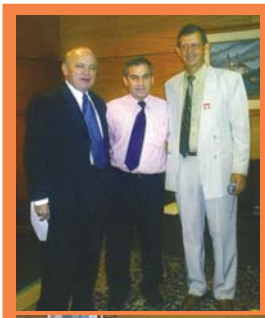
O Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho (CONFETEST) e os Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho (CORETEST) serão criados através de um projeto de lei. Esse projeto os classifica como autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Segundo o projeto, os conselhos terão a atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de técnico de segurança do trabalho. Ainda deverão zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional.

O projeto ainda define as atribuições em nível regional e federal. No caso do CONFETEST, há atribuições como representar em juízo, ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais relativos a função dos técnicos de segurança do trabalho. Ainda cabe a ele editar e alterar o Regimento, o Código de Ética e Disciplina, resoluções e provimentos da categoria. O estabelecimento de normas e a colaboração com a formação profissional são outras ações do Conselho. Assim como supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional. Também cabe ao CONFETEST promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos CORETESTs.

Já os CORETESTs tem a função de editar seu Regimento e resoluções, submetendo-o à homologação do Conselho Federal. Criar e regulamentar o funcionamento das suas seções, nas condições estabelecidas pelo CONFETEST. Exercer a fiscalização do exercício da profissão de técnico de segurança do trabalho. Emitir a carteira de técnico de segurança do trabalho, válida como prova de identidade para todos os fins legais em todo o território nacional.

A partir do momento que os Conselhos forem aprovados e criados, todo técnico de segurança do trabalho, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no CORETEST da região em que mora. Em relação ao exercício profissional, o técnico deverá seguir os parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina.


Dep. Medeiros, Gilberto de Carvalho - Sec. da Pres. da Rep. e Armando Henrique (2005)

Elias, Armando, Dr,. Sergio Rabelo T. Renault (Casa Civil), Deputado Medeiros e Milton (DF) (2005)

Milton (Brasília), Cláudio (MG), Elias (RJ), Ministro Berzoini, Deputado Medeiros e Armando (SP) (2005)

Armando, Dep. Medeiros, Pres. Lula e Tarcísio (2006)

Dep. Medeiros, Ex-ministro Berzoini, Sávio - Sintest MG, Armando e De Paula. (2006)

Ministro do Trabalho Luiz Marinho em compromisso de pacto com os Técnicos para aprovação do Conselho (2006)

Ronaldo Lessa (MTE), Dep. Paulinho, Elias (Fenatest), Dep. Eduardo Valverde, Milton (Fenatest), Armando (Sintesp) e Adir (Sintespar) (2007)

Parceria SINTESP e Bracol promove evento

O III Seminário Bracol de Segurança e Saúde do Trabalho acontece no dia 08/11. O encontro é fruto da parceira entre o SINTESP e a Bracol, que tem proporcionado vários eventos nos últimos três anos. O palco escolhido para o debate é o campus da FEI, na Liberdade, em São Paulo.

A programação traz assuntos técnicos que têm interessado bastante os profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho. Um deles é a ergonomia na indústria, apresentada pela fisioterapeuta e técnica de segurança do trabalho, Cláudia Carvalho Campos. O outro é o Nexo Técnico Epidemiológico (NTE) e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), retratado pelo advogado do SINTESP e técnico de segurança, Ademar José de Oliveira.

Secretaria da Mulher promove Café da Manhã

A Secretaria da Mulher estará promovendo dia 22 de Novembro um Café da Manhã para as Técnicas de Segurança, com palestras sobre os Direitos da Mulher, pois, além de serem mulheres as profissionais têm trabalhadoras sob sua gestão, tornando-se necessário a integração e atualização das mesmas.

Um dos temas das palestras será - Políticas Públicas para Mulheres e Direitos Humanos.

No início de Novembro será enviado convite com toda a programação.

Maiores informações pelo site ou (11) 3362-1104 r.38 c/ Celeste

SINTESP renova parceria com FMU

O SINTESP renovou contrato com a FMU no mês de outubro. Dessa forma, o desconto para sindicalizados subiu de 15% para 20%. Essa conquista beneficia diversos técnicos de segurança que estudam na universidade. A parceria faz parte da política de ampliação e melhoria dos convênios do SINTESP em prol de seus associados.

Houve ainda a inclusão das instituições FIAM-FAAM (Faculdades Integradas Alcântara Machado) e FISP (Faculdades Integradas de São Paulo) no convênio. O benefício contempla todos os cursos de graduação, tecnológicos, seqüenciais e pós-graduação *lato sensu* para as três instituições. Os dependentes dos associados também podem obter os descontos.

A assinatura do convênio, na FMU, foi precedida por uma palestra do ministro do TSE, Marco Aurélio de Mello. Estavam presentes no local o deputado federal Paulinho, que preside a Força Sindical, e outros dirigentes sindicais.

Regional de Santos promove debate de SST

O Encontro Regional sobre Segurança e Saúde no Trabalho de Santos aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, no centro da cidade do litoral paulista. O evento foi organizado pelo vice-presidente regional do SINTESP, Paulo Sérgio.

Na ocasião, o presidente do SINTESP, Armando Henrique, falou sobre a política nacional de segurança e saúde no trabalho. Já o advogado Ademar de Oliveira tratou do Nexo Técnico Epidemiológico (NTE) e do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O técnico de segurança e consultor da Mapa Professionnel Wilton Adballa finalizou o encontro falando sobre proteção das mãos.

REGIONAL CAMPINAS ESTÁ DE CASA NOVA

Para melhor atende-lo a Regional Campinas está em novo endereço, aguardamos sua visita para conhecer a nova casa.
Rua Isolete Augusta de souza Aranha, 180 - Salas 5 e 6 – Centro
13010-217 – Campinas – SP - Fone: (19) 3232-4237
Fone: (19) 9129-2801 / 7804-2477 (Celular Franco)
E-mail sintespcp@terra.com.br
Vice-Presidente Regional: Carlos Eduardo Franco

V ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA NO TRABALHO DE GUARULHOS E REGIÃO

Selma, Armando e Gimenez

Aconteceu no dia 24 de outubro, o V Encontro de Profissionais de Segurança do Trabalho de Guarulhos e Região, no auditório da Faculdade Eniac. Contamos com o patrocínio da Bereneli e da Safetline. As palestras foram ministradas pelos Srs. Armando Henrique que falou sobre as mudanças da NR4 e pelo Dr. Jorge Gimenez que falou sobre o Fap - Fator Acidentário Previdenciário. Participaram da abertura do evento os srs. Nélson Agostinho, Diretor de Saúde e Segurança e Técnico em Segurança do Sindicato dos Químicos, o Sr. Elenildo Queiróz, Diretor de Saúde e Segurança e Técnico em Segurança do Sindicato dos Metalurgicos e o Professor Daniel, Diretor da Faculdade Eniac. Compareceram ao evento cerca de 50 pessoas e a Vice-Presidente da Regional Guarulhos, sra. Selma Rossana aproveitou para agradecer aos presentes a participação e falou sobre a importância do fortalecimento da categoria. Após as palestras foi servido um coffebreak com o fechamento da confraternização.

Delegada da DRT/SP fala com técnicos no SINTESP

Lucíola Rodrigues Jaime, delegada da DTR/SP, esteve no dia 04/10 na sede do SINTESP. O intuito foi apresentar as ações que ela vem realizando na Delegacia na área de Segurança e Saúde no Trabalho. "Nesta gestão, a DRT/SP fará um trabalho compacto de fiscalização às empresas, principalmente, sobre terceirização ilegal. Este trabalho conjunto envolverá sindicatos de diversas Centrais e auditores fiscais", revela a delegada.

O SINTESP também tem interesse em ampliar as atividades em conjunto com a DRT/SP. Os principais pontos são a fiscalização e cumprimento da Convenção Coletiva dos Técnicos de Segurança e a aplicação das normas de Segurança e Saúde no Trabalho nas empresas.

Entre as metas da Delegacia, estão a redução dos acidentes na construção civil e da incidência de LER/DORT em diversas áreas. Também há o compromisso de se trabalhar pela inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Essas ações também serão alvo de um trabalho conjunto com o movimento sindical. "Assim, será possível otimizar os recursos limitados do MTE através de ações por atacado e mediante convenções e ajustes de conduta", avalia o presidente do SINTESP, Armando Henrique.

Armando acredita que Lucíola Jaime continua seguindo a mesma linha, que lhe deu a marca de umas das servidoras do MTE mais comprometida com as questões de SST. Compromisso esse que vem desde sua gestão como subdelegada de Osasco, na qual se destacou por ações transformadoras nessa área. "Foram ações que se tornaram referência nacional. Isso nos faz externar todo apoio à delegada", avalia o presidente do SINTESP.

SINTESP participa de criação do Núcleo de Defesa Civil

Um evento no SINTESP possibilitou a criação do NUDEC (Núcleo de Defesa Civil). É o primeiro núcleo desse tipo para a área central de São Paulo. Para tanto, o sindicato recebeu no dia 04/10 a Defesa Civil e a Cruz Vermelha.

"As parcerias são inéditas e contam com o reconhecimento das inúmeras pessoas. Há a participação direta do SINTESP e da AL-24 (Ação Local 24 de Maio - Viva o Centro)", avalia o diretor Laerte, que coordenará o novo NUDEC. "O SINTESP, dessa forma, está exercendo seu papel de sindicalismo socialmente responsável", completa Armando.

Na ocasião, o coordenador dos NUDECs da cidade de São Paulo, Ronaldo, explicou a importância das ações desses núcleos. Seus membros voluntários atuam em situações de emergência.

Já a gerente da Cruz Vermelha Brasileira, Cécile, mostrou como a Cruz Vermelha atua como "braço direito" da Defesa Civil. Isso ocorre em ações como treinamentos sobre primeiros socorros, cuidados inerentes à higiene e ações para se evitar doenças e contaminação no caso de enchentes e endemias. A entidade realiza ações mundialmente de caráter assistencial nas emergências, em catástrofes e em guerras.

SINTESP GANHA MAIS UM PROCESSO

O Sintesp ganha em primeira e segunda instância, processo contra a VARIG por falta de recolhimento para o Sintesp, da Contribuição Sindical dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Alertamos a nossa categoria que verifiquem em seu Departamento Pessoal, o desvio desta contribuição para outros Sindicatos de forma indevida, para que este desgaste se torne desnecessário .

Maiores informações entrar em contato com a Diretoria Financeira de nossa Entidade.

Dr. Ademar José de Oliveira
Jurídico - SINTESP

SINTESP SE MOVIMENTA PARA CAPACITAR E HABILITAR SEUS ASSOCIADOS

Com a mudança da NBR 14276, adotada pela IT-17 do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, referente à Brigada de Incêndios – Requisitos, o SINTESP passou a organizar o Curso de Especialização em Prevenção e Combate a Incêndios, Primeiros Socorros e Sinistros.

A finalidade é capacitar e habilitar o Técnico de Segurança do Trabalho aos moldes exigidos pela normatização, para que possa ser responsável pela formação da Brigada de Incêndios e assinar o atestado de formação exigido pelo dispositivo legal.

A norma definiu como profissional habilitado:

3.23 Instrutor em incêndio: profissional com formação em prevenção e combate a incêndios e abandono de área, com carga horária mínima de 60 h para risco baixo ou médio, ou 100 h para risco alto, e formação em técnicas de ensino com carga horária mínima de 40 h.

3.24 Instrutor em primeiros-socorros: profissional com formação em técnicas de emergência pré-hospitalar, com carga horária mínima de 100 h para risco baixo, médio ou alto, e formação em técnicas de ensino com carga horária mínima de 40h.

Considerando que o Técnico de Segurança do Trabalho é o único profissional prevencionista em aproximadamente 80% dos SESMT das empresas, este deve estar habilitado para as três categorias de risco. Por isso, o SINTESP esta elaborando o curso com um conteúdo mínimo de 240 h, que o capacitará e habilitará nas duas modalidades de instrutor e para qualquer nível de risco.

Para estabelecer a grade curricular, foi montada uma comissão de estudo composta pelos seguintes integrantes: Jorge Gimenez Berruezo, Luiz de Brito Porfírio, Cel. Res. Paulo Chaves de Araújo, Paulino Galdino da Silva, Vagner Visentin Araújo, Augusto Miguel Jordani, Luiz Carlos Gabriel, Rafael Estadeu dos Santos, Luis Zungolo e Pedro Luiz C. de Almeida.

Momento da Reunião da Comissão

Em breve estaremos divulgando mais informações.

SINTESP OFERECE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO

O SINTESP está estudando pedidos de diversos associados para aumentar a diversificação dos cursos oferecidos na sede. Pretende-se, ainda, aumentar as ofertas dos cursos nas regionais. O intuito é oferecer para as outras regiões do estado a mesma estrutura da capital.

No mês de outubro, por exemplo, o sindicato ofereceu em sua sede o curso de instrutor e operador de empilhadeira. Diversos técnicos ampliaram seu conhecimento sobre o tema, participando do curso.

Cursos e Eventos

CURSOS 2007

TEMA	DATAS	HORARIOS
INSTRUTOR DE PONTE ROLANTE	24/11/07 01/12/07	08 ás 17 hs
Tec.De Instr. Medições De Agentes Ambientais	19 á 23/11/07	19 ás 22 hs
INSTRUTOR DE CIPA	26 /11 á 12/12/07	19/22hs

* Cursos Sujeitos alterações.

EVENTOS 2007

Data	*Evento*	*Local*
08/11/07	III Seminário Bracol de Segurança, Saúde e Medicina do Trab de SP	São Paulo
09/11/07	Debate Técnico no Sintesp	Sede
23/11/07	Encontro Técnico Sobre SST	Santo André
27/11/07	Comemoração Dia do TST	Capital - SP
29/11/07	Encontro Técnico Sobre SST	Catanduva
29/11/07	Encontro Técnico Sobre SST	São José do Rio Preto
30/11/07	Encontro Técnico Sobre SST	Presidente Prudente
30/11/07	Encontro Técnico Sobre SST	Dracena
07/12/07	Seminário Regional de Meio Ambiente na Ind. da Constr. Civil	Ribeirão Preto

*** Informações no Site do Sintesp ou 3362-1104 - r.38 c/ Celeste**

COLÉGIO SANTA RITA
40 anos formando profissionais
INOVA MAIS UMA VEZ
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE
CERTIFICADOS E DIPLOMAS
Certificado de Qualificação Profissional de Auxiliar Técnico de Auditoria Ambiental, aos alunos que concluirem com êxito o primeiro módulo do curso. Diploma de Habilitação Profissional de Técnico em Meio Ambiente, aos que concluírem com êxito os dois módulos do curso.
PÚBLICO ALVO
Formandos no Ensino Médio, Técnicos de Segurança do Trabalho, Fiscais de Órgãos Públicos, Engenheiros, Professores, ONGs, etc.
Informe-se sobre novos cursos de nível superior
Rua Sena Madureira, 68 - Vila Mariana - SP
Fones: 5572-2121 / 5575-0769 - santarita@hipernet.com.br

GULIN
O maior fabricante de sistemas de movimentação individual com proteção contra quedas e resgate.
Informações técnicas com diversos exemplos de aplicação e critérios para escolha dos equipamentos corretos, você terá visitando nosso site ou solicitando (gratuitamente) uma fita de vídeo.
EQUIPAMENTOS GULIN LTDA
Alameda Glete, 788 - São Paulo - SP - CEP: 01215-001 - Fone/Fax: (11) 3225-0977
E-mail: gulin@gulin.com.br Site: www.gulin.com.br

PREVENCIONISTAS SÃO HOMENAGEADOS COM ESCULTURA

O presidente do SINTESP Armando Henrique e os diretores Altair, Guerra e Laerte estiveram presentes na cerimônia de entrega da escultura "O Prevencionista", do artista plástico Toso, no Parque Municipal Guarapiranga, na Zona Sul de São Paulo.

A obra foi construída durante a 16 ª Feira Internacional de Segurança e Proteção (FISP), em agosto de 2006, em um trabalho interativo com os visitantes. "O Prevencionista" é uma homenagem a todas as pessoas que atuam em prol da segurança e saúde dos trabalhadores, como os técnicos de segurança.

Armando discursando ao lado da escultura e de José Roberto Sevieri

"É um fato novo essa idéia de ligar a Segurança e Saúde no Trabalho à cultura. E ninguém melhor do que o artista plástico Toso, que é portador de necessidades especiais, para ter a sensibilidade de traduzir em uma escultura a importância da ação prevencionista para o trabalhador", avalia Armando Henrique.

Outra novidade é que a obra sobre SST foi colocada em um local público, onde qualquer pessoa pode ter acesso. Quem quiser ver a estátua, pode visitar o Parque Guarapiranga. O endereço é Estrada do Guarapiranga, 575.

REGULAMENTAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reconhece as Centrais Sindicais como entidades de representação geral dos trabalhadores. A próxima etapa será a votação no Senado.

O projeto estabelece alguns critérios para esse reconhecimento. A Central precisa que pelo menos 22% dos trabalhadores de sua base sejam filiados a sindicatos. Ainda é necessário que a Central esteja organizada nas cinco regiões do Brasil e em 18 estados, no mínimo.

Para o presidente do SINTESP, isso mostra a necessidade dos técnicos de segurança do trabalho se filiarem as suas representações sindicais. "Essa é a única forma de garantir representatividade. Se isso não ocorrer, corremos o risco de sermos representados por sindicatos preponderantes e que nem sempre têm o técnico como prioridade de suas ações sindicais", conclui Armando.

CENTRAIS SE REUNEM COM PRESIDENTE DO SENADO - Durante a reunião ocorrida no dia 24 de outubro em Brasília, o presidente do Senado, Tião Viana, garantiu aos presidentes das centrais sindicais que o Projeto de Lei (1990/2007), que regulamenta as centrais sindicais, deverá ser votado até o dia 15 de novembro. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, também participou da reunião.

O presidente do Senado lembrou aos sindicalistas que sua trajetória políticasempre foi ligada aos movimentos sociais e mostrou-se favorável ao projetodas centrais. "Vamos procurar as lideranças partidárias e explicar importância de se aprovar este projeto que moderniza o sindicalismo", afirmou o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. "Fizemos um pacto com presidente do Senado para garantir os direitos e aorganização sindical no país", contou.

Tião Viana também marcou uma audiência pública para discutir o projeto para o dia 1º de novembro. A intenção, segundo o presidente do Senado, é sensibilizar os senadores sobre o projeto. Vale lembrar que o projeto de lei já foi aprovado no plenário da Câmara no dia 17 de outubro. Durante a votação, foi aprovada uma emenda nefasta para os sindicatos, que acaba com a obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical "Vamos derrubar esta emenda no Senado. O Tião Viana mostrou-se favorável a retirada desta emenda do projeto", disse o deputado federal Paulinho.

Foto: J.Freitas/Agência Senado

No senado, antes de ir para votação no plenário, o texto deverá passar pela Comissão de Assuntos Sociais e depois na Comissão de Constituição e Justiça.

MINISTRO DA SAÚDE SE REÚNE COM SINDICALISTAS

O ministro da saúde, José Gomes Temporão, esteve em um debate com os sindicalistas da Força Sindical no final de outubro. Na ocasião, apresentou os planos do governo para a melhoria da qualidade do serviço de saúde pública e de saúde do trabalhador.

O presidente do SINTESP, Armando Henrique, questionou o ministro sobre a existência de um plano para resolver a falta de ações integradas entre os ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência, referente a saúde do trabalhador. A pergunta foi reforçada por diversos sindicalistas presentes.

Temporão reconheceu que há uma falta de ações integradas. Assim, comprometeu-se a priorizar essa questão, inclusive sobre a questão da saúde do trabalhador. Além disso, o ministro aceitará propostas que ajudem a solucionar o problema da falta de integração.

Já ao ser abordado sobre o andamento dos trabalhos para implementar as propostas da última Conferência Nacional de Saúde, Temporão alertou para a necessidade de objetividade na área. Isso porque foram apresentadas mais de 300 propostas nessa última Conferência. O que, para o ministro, inviabiliza ações focadas.

Além do presidente Armando estiveram presentes também os diretores do Sintesp Fernandes e Renê.

ALGUNS MOTIVOS PARA SER SÓCIO DO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

1- Somos uma categoria diferenciada, portanto o Técnico de Segurança do Trabalho deve ter tratamento personalizado, independente do ramo de atividade em que trabalha;

2 - A força de uma categoria profissional, depende do sentimento de união da classe, e nível de adesão ou número de associados, representando peso político, principalmente nas negociações da convenção coletiva e aprovação do Conselho da categoria;

3-O SINTESP tem como alvo a defesa dos Técnicos de Segurança do Trabalho nas relações de trabalho, legislação prevencionista e exercício da profissão;

4 – Usufruir de todos os benefícios, convênios, cursos, palestras técnicas, seminários, biblioteca, assistência jurídica e outros, oferecido pela Entidade;

5 –Luta do SINTESP pela conquista e manutenção do piso salarial da categoria;

6 – Muito importante o número de sócios dentro do novo modelo sindical

7 – Manter todas as conquistas

A FORÇA DE SEU SINDICATO DEPENDE DE VOCÊ

Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo
Rua Vinte e Quatro de Maio –104 – 5º And. - República
CEP 01041-000 – São Paulo – SP – Tel./Fax.: 11-3362-1104
CNPJ 60.266.996/0001-03
SITE www.sintesp.org.br / *e.mail* sintesp@sintesp.org.br

INSCRIÇÃO ASSOCIATIVA

☐ Empregado ☐ Estudante ☐ Aposentado ☐ Autônomo ☐ Sócio Usuário

Nome:_____ **Data de Nasc.:** ____/____/____

Filiação: Mãe: _____

Pai: _____

RG: _____ **CPF**_____

Fone Residencial (__) _____ **Celular (__)**_____

Endereço:_____

Cidade:_____ **Cep:**_____

Empresa / Escola:_____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Cep:**_____

Fone Com.: (___)_____ **Fax. (___)**_____

E.mail: _____

Registro Profissional – SSST/ MTE – Nº _____

Solicito minha inclusão no quadro Associativo desta Entidade e autorizo se necessário o desconto da Contribuição em Folha de pagamento e recolhimento feito por mim ou pela Empresa.

São Paulo, _____

_____
Assinatura

Obs* Documentos necessários:
Xerox simples: RG - CPF – 01 Foto ¾ - Registro Profissional ou Diploma de Técnico de Segurança do Trabalho

NOVO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DAS REGIONAIS DO SINTESP

Além da comunicação com as regionais através do link regionais no site do SINTESP, a partir de Outubro/07 foi implantado o sistema de comunicação via rádio e celular da Nextel.

Abaixo relação dos números dos telefones celulares e do rádio e seus respectivos usuários:

Selma Rossana
(Guarulhos)
7865-9894 - ID 55* 82 *17994

Léo Gidelti
(Osasco)
7865-9892 - ID 55* 82 * 17993

José O. Veras Filho
(ABCDMRP)
7865- 9891 - ID 55* 82*17992

Carlos E. Franco
(Campinas)
19- 7804-2477 - ID 55* 82*18000

Jacy Pitta
(Vale do Paraíba)
12-7811-4366 - ID 55* 82* 17996

Evaldir Jesus de Morais
(Ribeirão Preto)
16-16-7811-7668-ID55*82* 17999

Maria Helena A. T. Gomes
(São José do R. Preto)
17- 7811-1515 - ID 55* 82* 17998

Valdemar José da Silva
(Sorocaba)
15 - 7831-9468 - ID 55* 82* 17995

Paulo Sérgio
(Santos)
13 - 7808-8483 - ID 55* 82* 17997

A POLÊMICA SOBRE HIGIENIZAÇÃO DOS EPIs

Luis Augusto de Bruin - Consultor Técnico da Bracol - Divisão EPI

Informa o Art. 166 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho "**A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco em perfeito estado de conservação e funcionamento (grifo nosso), sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.**

Também é de conhecimento público que todo EPI, para ser comercializado, necessita da obtenção do CA – Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. O CA só é concedido após o produto ter sido submetido a rigorosos ensaios, em instituições de ilibada reputação, atendendo normas nacionais e internacionais de segurança. Este dispositivo está contido na **NR-06 da Portaria 3.214.** Para reforçar todo esse arcabouço jurídico, foi assinado de maneira recente, especificamente no último dia 21 de setembro, convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o INMETRO no sentido de que a fiscalização da qualidade dos EPI's comercializados no Brasil se torne cada vez mais efetiva.

No entanto temos nos defrontado como uma prática comum que, de certa forma, afronta o texto legal antes citado. Trata-se da famosa "higienização" dos EPIs.

Dependendo do tipo de equipamento **(luvas, calçados e alguns outros)** a "lavagem" **descaracteriza** completamente o produto. Os agentes químicos utilizados agridem de tal maneira o material que este perde, totalmente, as características originais, além do que, tais componentes, podem provocar, contaminando o cabedal no caso de calçados de segurança, dermatoses ou alergias ao trabalhador com riscos de lesões e afastamento dos mesmos. É o teor graxo (no caso de artigos de couro) que vai embora. **A resistência ao rasgamento é totalmente prejudicada.** O couro fica "encartonado", causando enorme desconforto aos pés do usuário. Materiais sintéticos têm a sua resistência e espessura diminuída. Já se teve notícias de materiais lavados e que foram **costurados** para que se retomasse o uso dos mesmos. Atitude completamente descabida e que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador. Aí cabem as perguntas: Como esse EPI, com tais características, pode estar "**adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento"?** E o Certificado de Aprovação como é que fica? **O EPI, fortemente agredido pelos agentes químicos, em nenhuma hipótese irá conservar as características que deram origem à obtenção do documento.**

Constatadas essas discrepâncias, **em caso de um acidente do trabalho, no qual se verifique a falta de eficiência do EPI, por ter este perdido suas características originais no processo de "higienização", a parte prejudicada, no caso o trabalhador, poderá buscar reparação de danos no âmbito civil ou trabalhista através de uma ação indenizatória, o que gerará enormes prejuízos à empresa que forneceu esse material ao seu empregado. É a economia sem lucro.**

A nosso ver, o que pode existir é a **"manutenção ou restauração do EPI"** como em capacetes (troca de suspensão), óculos de segurança (substituição de lentes), assepsia dos protetores auriculares de inserção, protetores faciais (substituição de viseiras) e protetores respiratórios (com trocas de cartuchos, válvulas e mangueiras).

Recentemente a própria **ANIMASEG**, entidade que congrega nacionalmente os fabricantes de EPIs tomou uma atitude a respeito do assunto, deixando de fazer parte do Acordo Setorial de Compromisso de Implantação de Procedimentos e Controle de Higienização e Readequação de EPIs, uma vez que se constatou que os procedimentos adotados na lavagem, **alteram as características dos mesmos, não sendo possível que estes continuem a atender aos requisitos determinados pelas normas de testes.**

A NR-06 na sua **alínea h do item 6.8.1** informa que o fabricante nacional ou o importador deve comercializar o EPI orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso. Dessa maneira, somente quem fabrica ou importa, é que deve determinar através de instruções técnicas, se seu produto pode ou não ser submetido à restauração, lavagem ou higienização e, **sobretudo, quem está autorizado a assim proceder.** A legislação, em determinada ocasião, exigia que para se realizasse a lavagem de EPIs de determinado fabricante, este deveria autorizar, por escrito, a empresa higienizadora. Pelo menos ao que temos conhecimento, essa prática raramente foi cumprida, sendo que, a grande maioria dos produtores de materiais de segurança, jamais foi consultada antes de ver seus produtos encaminhados para a tal higienização.

Feira Internacional do Meio Ambiente Industrial

Como acontece todos os anos, foi realizada em São Paulo nos dias 24, 25 e 26 de outubro, a IX FIMAI – Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial, organizada pela Revista Meio Ambiente Industrial. No mesmo período ocorreu o IX SIMAI - Seminário Internacional do Meio Ambiente Industrial.

Participaram dos Eventos representando o SINTESP, os diretores Wagner de Paula e Laerte dos Santos.

SINTESP participa de Conferência de Saúde

O presidente do SINTESP, Armando Henrique, e os diretores Rene, Rogério e Laerte participaram, em outubro, da 5ª Conferência Estadual de Saúde. O objetivo do encontro foi levantar propostas para a criação de políticas públicas, que subsidiarão a Conferência Nacional de Saúde.

A etapa estadual paulista contou com um bloco específico para a saúde do trabalhador. Dessa forma, a diretoria do SINTESP apresentou uma proposta, que foi aprovada, para a criação do SESMT no serviço público. O objetivo é contemplar tanto as esferas municipais, estaduais e federal assim como os poderes executivo, legislativo e judiciário. Órgãos públicos e empresas públicas também teriam SESMT com a proposta.

O evento, realizado no Expo Center Norte, ocorreu nos dia 4, 5 e 6/10. Já a etapa nacional acontece em novembro, entre os dias 14 e 18, em Brasília. Ela discutirá propostas de todos estados brasileiros.

Quadro III - CNAE

O SINTESP já disponibilizou em seu SITE, o Quadro III – Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, com correspondente agrupamento para dimensionamento da CIPA, que foi alterado pela Portaria n° 14 de 21-06-2007.

Qualquer dúvida sobre enquadramento do CNAE e grau de risco, o associado poderá entrar no fale conosco do nosso SITE e enviar seu questionamento para a Diretoria de Desenvolvimento Profissional. Em breve será ministrado na Sede do Sindicato, palestras sobre o tema.

27 de novembro.

Dia Nacional do Técnico de Segurança do Trabalho.

Não é preciso bola de cristal para saber que o futuro vem chegando com menos acidentes de trabalho. Esta meta a Bracol traçou desde sua fundação. E reconhece o interesse e a dedicação dos Técnicos de Segurança, que fazem do dia-a-dia de trabalho uma tarefa segura.
Não é mágica, é consciência e muito trabalho.
Porque a vida é o mais importante.

BRACOL

Porque você é importante

bracolonline.com

(14) 3533 2200